

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL N° 067**

Período: de 01/02/03 a 07/02/03

Franca – Brasil

- 1 - Presidente Lula pede “sacrifício” aos militares, mas promete reaparelhar Forças Armadas.
- 2 - Orçamento militar no Brasil em 2003 é de R\$ 28 bilhões
- 3 - A Varig, empresa de aviação, pede ajuda ao governo para reestruturar contas
- 4 - Lula estuda redução do valor das indenizações destinadas a anistiados políticos

Presidente Lula pede “sacrifício” aos militares, mas promete reaparelhar Forças Armadas.

Em sua primeira solenidade no Quartel-General do Exército, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi condecorado no último dia 3 como Grão-Mestre da Ordem do Mérito Militar e prometeu que as restrições orçamentárias são momentâneas e não representarão o adiamento indefinido do reaparelhamento das tropas, por isso pediu aos militares que tenham paciência e façam um “sacrifício”, em favor do equilíbrio das contas públicas e da prioridade governamental que é o combate à fome. O presidente Lula foi muito aplaudido ao afirmar o respeito dos militares aos processos democráticos. Ele também anunciou "uma grande festa" em 7 de setembro, comemoração da Independência do país já que pretende que toda a sociedade celebre esta data e não apenas os militares. A idéia é acabar com o distanciamento ocorrido entre os militares e a sociedade devido a acontecimentos da história recente do país - o regime militar - e também estimular o sentimento de civismo, reforçando a auto-estima do país. Também participaram da solenidade o ministro da Defesa, José Viegas, e os comandantes da Marinha, almirante Roberto Guimarães de Carvalho, e da Aeronáutica, brigadeiro Luiz Carlos Bueno. Depois do encontro com Lula, os generais passaram a tarde numa reunião do Alto Comando, na qual traçaram as diretrizes de trabalho para este ano e comemoraram a promessa de reaparelhamento. Os militares haviam ficado contrariados quando, logo em seu primeiro dia de governo, o presidente Lula suspendera por um ano a compra dos caças para a Força Aérea e disse que os US\$ 700 milhões destinados ao negócio seriam mais bem empregados no combate à fome. O vice-presidente, José Alencar e o ministro da Defesa, José Viegas, também foram condecorados. (Folha de S. Paulo – Brasil - 03/02/03; Folha de S. Paulo – Brasil - 03/02/03; O Estado de São Paulo – Nacional – 04/02/03; Folha de São Paulo – Brasil – 04/02/03; O Globo – O País – 04/02/03)

Orçamento militar no Brasil em 2003 é de R\$ 28 bilhões

O Orçamento Geral da União aprovado no Congresso Nacional prevê a destinação de R\$ 28 bilhões (pouco mais de US\$ 8 bilhões) para o Ministério da Defesa em 2003. As Forças Armadas correm o risco de ter esse valor reduzido pelo Executivo, que ainda irá baixar um decreto com

os cortes e contingenciamento na execução do orçamento. O valor previsto para o Ministério da Defesa em 2003 é inferior ao do ano passado, quando as três forças receberam R\$ 28,8 bilhões. O total previsto para a Defesa inclui recursos para folha de pagamento e investimentos. Dos R\$ 28 bilhões para este ano, 74,2% (R\$ 20,7 bilhões) será destinado ao pagamento de pessoal e serão consumidos com salários, aposentadorias e pensões. O serviço militar obrigatório pode, mais uma vez, ter sua duração total comprometida, já que esses recursos não são suficientes para a manutenção da tropa provisória, aquela que se incorpora todos os anos pelo alistamento militar. Caso não haja garantia de complementação de verbas, Exército, Marinha e Aeronáutica deverão ser forçados mais uma vez a suspender ou abandonar projetos e diminuir o prazo do serviço militar obrigatório no segundo semestre de 2003. Na opinião do senador Hélio Costa (PMDB-MG), ex-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, o orçamento das Forças Armadas no Brasil prevê o absolutamente necessário com gastos militares. (O Globo – O Mundo – 04/02/03)

A Varig, empresa de aviação, pede ajuda ao governo para reestruturar contas

O presidente da Varig, Manuel Guedes, apresentou ao ministro da Defesa, José Viegas, e ao comandante da Aeronáutica, Luiz Carlos Bueno, uma nova proposta de reestruturação financeira da empresa. A operação inclui a participação do (Banco Nacional do Desenvolvimento) BNDES, que poderá comprar US\$ 100 milhões em debêntures conversíveis em ações da companhia. Outros US\$ 200 milhões virão de investidores estrangeiros e nacionais. Com esse aporte, a companhia espera conseguir fôlego para continuar atuando e quitar parte da dívida de US\$ 250 milhões que vence este ano. Ao todo, a empresa deve US\$ 764 milhões. Segundo um executivo da companhia, as negociações com os investidores estão praticamente fechadas, mas ainda dependem da aprovação do Ministério da Defesa e do comando da Aeronáutica. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou que a palavra final sobre qualquer ajuda ao setor aéreo seja dada pelo ministro da Defesa, e não pelo Desenvolvimento, como vinha ocorrendo no governo anterior. Em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, José Viegas afirmou que a Varig não tinha outra alternativa que não a fusão, e que o papel do governo neste caso, incluindo o de seu ministério, é de “estimular ações empresariais de racionalidade econômica”. (O Globo – Economia – 05/02/03; Folha de S.Paulo – Dinheiro – 07/02/03)

Lula estuda redução do valor das indenizações destinadas a anistiados políticos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva estuda uma alteração na lei atual visando a redução do valor das indenizações pagas a perseguidos políticos durante o regime militar. Segundo a avaliação do governo, é preciso viabilizar urgentemente os pagamentos. Alguns fatos nos processos de indenização chamaram a atenção de Lula: os valores – apenas um dos processos envolve a soma de R\$ 4,5 milhões a um único

anistiado, referentes a salários e benefícios retroativos – e a quantidade de processos julgados nos últimos meses do ano passado – de agosto de 2001 a novembro de 2002 foram julgados 453 processos, ao passo que nos dois últimos meses de 2002 o número de julgamentos chegou a 2.285. O governo alega que não tem dinheiro para pagar os anistiados; somente em pagamentos de retroativos, há uma despesa no valor de R\$ 520 milhões, sem previsão orçamentária este ano. Lula considerou esta situação uma “armadilha” do governo Fernando Henrique, mas determinou que fossem estudadas mudanças na legislação para atender aos anistiados. A idéia do governo é estabelecer um teto aos valores retroativos. O jurista e ex-Ministro da Justiça Miguel Reale Jr. reagiu negativamente à possibilidade do governo rever o cálculo, e disse “temer que a revisão cause atrasos irreparáveis”. Para Reale, a revisão deve se limitar às indenizações de maior valor, e afirmou “estranheza” frente ao comportamento do governo petista, pois, segundo ele, a regulamentação das indenizações foi muito debatido com o Partido dos Trabalhadores (PT). (Folha de S.Paulo – Brasil – 07/03/02; O Estado de S.Paulo – 07/02/03)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de S.Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista CNPq/Pibiq, Adele Godoy, bolsista PAE/Unesp e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo